



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da 1a Reunião Conjunta dos CBHs GD1 e GD2 dia 19 de abril de 2022.

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA

VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

ATA DA 1A REUNIÃO CONJUNTA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS AFLUENTES MINEIROS DO ALTO RIO GRANDE (GD1) E VERTENTES DO RIO GRANDE (GD2), REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2022.

Aos 19 de abril de 2022, às 14h, deu-se início a Reunião Conjunta das Bacias Hidrográficas Afluentes Mineiros do Alto Rio Grande (GD1) e Vertentes do Rio Grande (GD2), por Videconferência pela plataforma jit-si meet. Participaram on line os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **Representantes do Poder Público Estadual:** Reginaldo da Silva Alves (IEF), Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM); **Representantes do Poder Público Municipal:** Gustavo Alvarenga Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras), Paulo Henrique Dias Campos (Prefeitura Municipal de Carandaí), Washington Ângelo de Souza (Prefeitura Municipal de São João del-Rei), Matheus Augusto de Oliveira Alves (Prefeitura Municipal de Nepomuceno); **Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos:** Lucas Passos de Souza (SAAE - Oliveira), Robson Rodrigues Carneiro (LafargeHolcim), Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG Mineração), Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG); **Representantes da Sociedade Civil:** Sálvio de Macedo Silva (UFSJ), Camila Silva Franco (UFLA), Maria das Graças Alves Costa (IFSUDESTE-MG), Adriano Valério Resende (Ong IRIS), Paulo César José Giarola (ARPA/SJDR), Paulo Roberto Machado de Carvalho (Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Alto do Rio Grande - GD1) e Conselheiros do GD1. **Palestrante:** Thiago Figueiredo Santana, Diretor de Gestão e Apoio ao SEGRH (IGAM), Maria de Lourdes Amaral Nascimento, Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas (GECBH), Jeane Sabrina Maia (IGAM), Fabiana Moura Campos (IGAM). **Convidados:** Ricardo Marcelo Pires de Oliveira (Prefeito Municipal de Ibertioga), Jocimar Luciano de Aquino (Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ibertioga), Olívia Lamounier (Coordenadora de Preservação e Fiscalização Ambiental da Prprefeitura Municipal de Barroso), Luis Arthur Amaral Silva (Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Carandaí). A pauta da reunião contou com os seguintes pontos: 1) Abertura e verificação de quórum pelos Presidentes; 2) Comunicado dos Conselheiros; 3) Apresentação do IGAM sobre a Moção CERH-MG nº 01/2021 – Thiago Santana; 4) Discussão sobre o alinhamento e integração do CBH com os Órgãos e Municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande e Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande; 6) Considerações finais; Encerramento. Assuntos em Pauta: Foi verificado o quórum pelos Presidentes dos Comitês, Gustavo Alvarenga Rodrigues (GD2) e Paulo Roberto Machado de Carvalho (GD1) que iniciaram a reunião, fizeram as suas considerações e os agradecimentos à participação de todos. Passaram a palavra para a Gerente de Apoio aos Comitês, Maria de Lourdes Amaral Nascimento (GECBH) que também fez as suas considerações. Logo a seguir passou-se para o 3º item da reunião. O representante do IGAM, Thiago Figueiredo Santana iniciou a apresentação referente a Moção CERH – MG Nº 01/2021. Ele declarou que: "Essa moção tem esse caráter, de suscitar em vocês a possibilidade de conseguir a partir de uma avaliação de território, ter mais efetividade e colocar as ações em prática, uma avaliação desses dois territórios GD1 e GD2". Logo em seguida, ele fez as comparações das estimativas de custos, de investimentos, de usos e arrecadações nas duas bacias. Também mostrou as Diretrizes dos Planos Diretores de Hídricos dos Comitês e exemplificou com dados

de outros comitês do Estado referentes à implementação de ações, outorga, enquadramento, cobrança, territórios, etc. E finalizando falou da composição plenária, das entidades comuns, dos conselheiros e a respeito dos municípios. Logo após o Presidente do GD2, Gustavo, pediu a palavra e destacou dizendo: “que é uma área de 2 vertentes, uma de conservação e outra maior indicando desenvolvimento”, e questionou, “se caso ocorrer a fusão, união desses comitês, nós teríamos uma forma de angariar recursos fora a cobrança em função dessas duas aptidões naturais da região ou nossa única forma de revitalizar a bacia seria da cobrança ou o Estado nos daria um suporte, um aporte maior”? O Presidente do GD1, Paulo Roberto, também solicitou a palavra e questionou: “a respeito dos municípios que estão no GD1 e que também pertencem ao GD2 que produzem água, por que não recebem retorno”? Também indagou sobre o investimento do Estado, o apoio da União e também a respeito do aumento no número de componentes e finalizando sobre a questão da perda de representatividade”. O palestrante Thiago respondeu as duas perguntas dos Presidentes Gustavo e Paulo destacando que de acordo com a lei, o recurso arrecadado tem que ser aplicado na bacia de origem. Em condições atuais não se pode pegar um recurso do GD3 e aplicar no GD1 que não é uma área produtora de águas. É uma área de maior preservação, não tem os mesmos usos, por que onde arrecada mais e por que tem mais usos e maiores problemas para serem sanados, mas a lei não permite em dar uma contrapartida a áreas que geram água, que produzem água de qualidade. Essa discussão a gente consegue mitigar um pouco essa situação, por que unindo esses dois comitês o recurso seria uno, não existiria mais o recurso GD2, recurso GD1. É um recurso em que a compensação de uso que há no hoje GD2 custearia ações como: a produção maior de água e o território que hoje é o GD1. A questão da cobrança Federal que o Paulo comentou a gente tem que pensar no seguinte aspecto: a ANA, diferente de outros territórios, no Grande, ela está trabalhando para contratar uma empresa para discutir metodologia de cobrança. O uso mais relevante que nós temos no território mineiro, no Rio Grande, é a geração de energia e hoje por uma questão legal como os empreendimentos elétricos pagam a compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos conhecido como CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos) que vai para os municípios e compõe o FHIDRO. Há uma decisão do STF que pelo uso para geração de energia não se pode pagar. Gustavo sobre a questão de recursos existem algumas fontes de recursos, mas que elas têm que ser melhor trabalhadas. Um exemplo disso, é o próprio FHIDRO. A discussão dele hoje, é a dificuldade operacional dos convênios, baixo número de projetos aprovados que foram conveniados, não houve acompanhamento pós-projeto, questões de prestação de contas, de projetos de contrapartida e outros que foram financiados via BDMG que estão no “limbo” (esquecidos). A gente torce para que a PL do FHIDRO passe por que com a implementação da cobrança todo recurso dele viraria para projeto nas bacias e aí a gente aprimoraria com esses territórios com apoio das entidades, coletar esse recurso para aplicar na bacia do Alto Rio Grande. Outros recursos que existem: a chamada “Lei Piau” saneamento, alguns editais do MDR - (Ministério do Desenvolvimento Regional) que tem surgido de ações, a questão da conversão de multas também que teve recentemente. Então só esses recursos além da cobrança, pensando em Minas o nosso maior desejo é que o FHIDRO funcione, que seja um investidor de produção de água. O presidente Gustavo pediu a palavra e ressaltou que caso ocorra a união, a área vai ser limítrofe com o Circuito das Águas, Mantiqueira. Teremos um apelo conservacionista interessante e o Estado tem que ter uma forma de nós tratarmos, revitalizarmos essas áreas. Logo após, foi cedida a palavra ao Vice-presidente Adriano do GD2 (ONG IRIS). Ele lembrou a elaboração dos planos diretores que foram feitos pela mesma empresa, tem muitas semelhanças e as mesmas características sobre as vantagens e as desvantagens dessa união. A primeira vantagem levantada é que o custeio da estrutura de apoio às bacias seria otimizada e diminuiria recursos. A desvantagem mais gritante seriam distâncias que já são grandes, ficariam maiores e ainda dificultaria a realização das reuniões. Segundo o Thiago, o principal motivo que o IGAM alega para unificar os comitês é a questão financeira e que a junção diminuiria gastos. Ele ainda falou das arrecadações e da atualização desses valores. Declarou que o fortalecimento da gestão não vem com ampliação das áreas e sim com a diminuição do tamanho. Citou outras propostas para esse arranjo estrutural e reforçou dizendo que nenhum comitê sozinho consegue manter uma entidade equiparada. Finalizando disse que sua posição é contrária a essa junção. A área ficaria muito grande e se compararmos com outros comitês citados. Nós aqui temos uma outra especificidade, uma outra realidade. O representante do IGAM, Thiago, respondeu para o Adriano. Primeiramente, a questão da área ela é muito maior já por si só, é o dobro e consegue ter participação. A questão de distâncias entre municípios que o plano traz eu não vejo como empecilho, o local onde o comitê possa se reunir seja uma área central. A questão financeira, como motivo, não. Ela é um dos

fatores que fazem o comitê ter que repensar, por que ele não é um conjunto de pessoas, único, uma boa intenção feito com o trabalho de muitos que se doam e não recebem por isso. É para ter efetividade hoje, por que o comitê por lei é um ente autossuficiente. A lei prevê que o comitê tenha recursos exclusivamente de cobrança, política de recursos hídricos. Ela não prevê outro tipo de recursos e somente com eles que o comitê vai conseguir se auto manter e dar resposta. O usuário dentro do comitê pode definir, tem poder de voto para aonde vai esse recurso. Então a questão financeira é um agravante sim e esse recurso tem como pagar uma sede sim. Dando sequência a reunião, o conselheiro Paulo César do GD2 (ARPA) pediu a palavra e declarou que no seu posicionamento que perdemos muito a representatividade quando unifica e fica com áreas muito extensas. Falou da Omissão do Estado e da falta de propostas do mesmo, da divisão de recursos que só pode ser gasto na bacia. Ainda comentou sobre a legislação que têm que ser mudada. O papel do comitê é mostrar esta demanda para o Estado. Comentou também sobre a fala do Thiago sobre suporte técnico nas prefeituras e ainda da dificuldade das diretorias de buscarem apoio dos municípios, de associações e encerrou dizendo que a unificação vai ser uma voz a menos, mesmo com a cobrança o recurso vai ser baixo e nós que produzimos água e não recebemos por isso. A minha posição é contrária. Esse é o meu ponto de vista. Thiago respondeu para o Paulo César. A questão que eu falei dos municípios foi muito mais do ponto de crítica do que pela falta de qualidade a nível de suporte. Isso eu compreendo e que é a realidade da maioria dos municípios do Estado. Hoje, os comitês aprovaram a cobrança. A prerrogativa de ter recurso do comitê é cobrança e não é como uma UC - Unidade de Conservação que o Estado provém recursos. É diferente, é uma questão legal. Você tem que manter, prover cercamento, estrutura física, então o comitê não, o Estado mantém, provem uma estrutura administrativa só. Isso é uma questão de lei. Agora com a cobrança o comitê tem recurso para aplicar. É isso que a gente discutiu e o comitê aprovou. “E agora com esse recurso ele é suficiente para aplicar?” Por que é o recurso que o comitê vai ter é a cobrança. Não existe prerrogativa legal para isso. Exceto o FHIDRO ser prorrogado e abrir editais. Só para esclarecer que nós estamos num local em que a legislação é muito simples nesse aspecto. Não é o Estado fornecer algo para o comitê. Vocês têm subsistência agora. Agora vocês estão definindo se é suficiente ou não. Dando sequência, a conselheira do GD1, Isabela (CREA) solicitou a palavra e falou do papel dos comitês, das suas atribuições e da legalidade. Ainda comentou sobre a questão do amparo pelo Estado aos comitês que não tem cobrança e das suas estruturas. A respeito da captação de recursos de cobrança, citou o esforço que a ANA está fazendo para que seja bem estruturada dentro da bacia do Grande. Sobre a aplicação do recurso da cobrança e o aonde vai ser usado, isso está na lei, está bem claro. Isto não impede que com uma discussão transparente e que o recurso que traga: projetos de serviços ambientais, produtor de água, recuperação de área degradada que pode ser aplicado em qualquer lugar da bacia. Com relação a fusão dos comitês foram citadas a semelhança das bacias e elas se completam. A questão da representatividade isso pode ser discutida dentro do comitê, não se limita a número, tem que seguir a paridade. E ainda disse: conhecer as pautas e propor assuntos dentro das atribuições do comitê de bacia. Eu vejo a fusão desses dois comitês positiva. Essa discussão tem o meu apoio. Logo em seguida, foi concedida a palavra ao conselheiro Sálvio (UFSJ). Esse assunto já foi tratado, houve essa discussão, mas essa ideia foi colocada de lado, não foi aceita. Eu queria pontuar o seguinte: “Primeiro nesse documento que veio aqui não consta uma 3ª alternativa. A alternativa de termos uma agência de bacia aqui, ela não está contemplada. A questão de lugares que poderiam ser de um ou de outro, onde capta e aplica. Ele fez vários questionamentos: “por que nós não começamos fazendo a união de águas de bacia no GD1 e no GD2 para depois a gente ver se vai dar certo? O que nós podemos perder?” Primeiro, representatividade! Segundo ponto: desmobilização! “Vocês já pensaram no impacto institucional e social que a gente vai ter numa situação dessas?” A gente não pode perder essa visão de realidade daquilo que não foi feito. Para o Estado é muito interessante juntar vários comitês. Para gerenciar é muito mais fácil. Nós tivemos um problema com uma mineradora que fez rebaixamento de lençol aqui na bacia. “Onde que isso vai entrar na ordem de pauta de um comitê maior? Será que nós não estamos pulando uma etapa?” “Que a gente pode ter de uma decisão como esta? Unir é sempre importante, mas muitas vezes a gente acaba perdendo a visão daquela questão específica de onde a gente vive. O Thiago respondeu ao Sálvio sobre a citação “a gente está pulando uma etapa de ter agência de bacia” que a lei não fala que tem que ser uma agência por comitê e outra que ela é um ente privado com um contrato de gestão. Os interessados se apresentam por interesse de alguém que vai pagar a conta dela, de poder estar prestando o serviço. O IGAM é um órgão operacional, órgão gestor, emite outorga, monitora, dá subsídio técnico, faz política de Estado. Comitê planeja e o resto executa. Sobre o processo de rebaixamento de lençol, ele vira discussão

em todos os comitês. Com o recurso da cobrança tem estrutura, fazem visita, prestam esclarecimentos, questionam, vão para plenária e deliberam. Ressaltou que há interesse na participação e ainda sobre os conselheiros falou da sua atribuição legal e da importância de se conhecer o plano de bacia como também os instrumentos de gestão. E concluindo destacou os pilares da cobrança: o valor da água e de se estruturar o comitê, de onde e como aplicar o recurso ao invés de pulverizá-lo. Prosseguindo a reunião passou-se a palavra para o conselheiro Deivid (FIEMG). Primeiro ponto em relação a cobrança, essa preocupação que a gente tem de arrecadação, de sustentabilidade de agência que é um problema geral na maioria dos comitês que possuem cobrança implementada e da falta de recurso para sustentabilidade de agência e também pelo acúmulo de recurso por falta de projetos apresentados no âmbito do comitê. Essa proposta que o Thiago apresentou, nós da FIEMG somos favoráveis por vários motivos. Não vejo nenhum impacto negativo em relação a essa possibilidade de junção. Primeiro ponto é em relação a custo as despesas e a essa questão da gestão dos recursos. Eu não vejo nenhum problema em fazer essa junção por que facilita a gestão não só do Estado nestas questões operacionais, mas pelas próprias instituições que participam desses comitês. A gente perde muito tempo preocupados em fazer gestão de comitês e não fazer gestão de bacia, de água. O próprio Gustavo sempre cita exemplos do GD1 que está ali ao lado, que é o vizinho mais próximo e a gente vê a similaridade da bacia de um com outro. Quando a gente fala gestão de bacia, a questão de procedimento de outorga, não vejo impacto nenhum, o GD1 analisar situações que estão na região do GD2. Eu vejo que é uma oportunidade até para o próprio comitê poder abrir mais o leque, poder mobilizar mais, fazer com que a sociedade entenda qual é o papel do comitê na bacia, a função de cada um daqueles que acompanha, participa. Então eu vejo que é uma oportunidade muito boa. Eu sinto essa necessidade de a gente fazer gestão de água e não gestão de comitê. Não vejo nenhum impacto negativo em relação a isso, pelo contrário, é uma forma de fortalecer a região, fortalecer a bacia e fazer a gestão que é o nosso objetivo aqui. O Presidente do GD2 Gustavo novamente pediu a palavra. E com interesse a plenária do GD2 e GD1 eles vão se reunir e discutir detalhadamente mais em função desta reunião de hoje. Outra coisa a fala que é possível é a gente angariar recursos através de um Comitê Federal. Eu queria saber a impossibilidade do próprio comitê de angariar esses recursos sem uma tabela, sem terceiros. Queria saber dessa possibilidade se o comitê ele é engessado nisso? Por que se a gente depender do comitê Federal para o recurso chegar na gente, é estranho, nós não teremos autonomia para isso não? Outra coisa não tem jeito de instaurar a cobrança em áreas que não tem aptidão para cobrança. Nós temos áreas de preservação tanto no GD2 e GD1, mais o GD1. Outra coisa, outros comitês estão se unindo? E essa questão ficou muito forte do comitê não poder captar o recurso e ser através de um outro. Eu gostaria assim pessoalmente que o Estado avaliasse a importância da nossa área em função do contingente perto de 600.000 habitantes. O Thiago respondeu novamente ao Gustavo dizendo que a primeira questão do recurso que vai ser da bacia do GD1 e GD2 ser arrecadado pelo Estado e repassado para uma entidade equiparada, agência de bacia aplicar. O da União, o recurso que advém de usos do Rio Grande e outros rios Federais que sejam afluentes do Rio Grande, eles são arrecadados pela ANA e vai repassar a uma entidade equiparada na União e pode ser igual ou diferente da do Estado pode ser que seja o mesmo ou não. A gente torce para que seja a mesma por que uma questão de racionalidade e essa entidade a partir de definições do Comitê Federal vai definir as linhas de aplicação do recurso e anualmente vai definindo nos PAPIS – Planos Plurianuais de aplicação para onde vai o recurso. Esse recurso não é repassado para os Comitês Estaduais. O Presidente Gustavo pediu novamente a palavra e comentou uma citação do Adriano sobre o Plano Diretor no 3º parágrafo, da página 211 está escrito assim: “Portanto, isoladamente, nenhum dos comitês da bacia hidrográfica da parte mineira teriam condições de criar agência de bacia”. Em seguida, foi cedida a palavra ao Presidente do GD1, Paulo Roberto que comentou a fala do Paulo César concordando quando ele cita as mesmas demandas dos nossos comitês, é correto esse posicionamento dele e é um ponto a mais. Também comentou a questão do comitê do Mucuri citada pelo Thiago dizendo de que maneira ele vai sobreviver. Ainda falou das conversas de outros comitês para se unirem e darem condições de preservar, manter a preservação da região do Vale do Jequitinhonha. E finalizando ressaltou a importância da cobrança para os comitês. O Presidente Gustavo (GD2) comentou as argumentações do Paulo (GD1) e disse que: “eu acredito que a gente tem que ter autonomia para discutir, deliberar sobre as questões hídricas dessa região e o que importa é criar efetivas participações no sentido do bem comum. Não tem nem a ou b que vão diferenciar no que tange a gestão hídrica”. O tópico é bem comum. O Presidente Paulo Roberto (GD1) retomou a palavra e comentou a citação do Thiago sobre a dificuldade de outros comitês sobreviverem, de conversarem e se unirem para dar condições de preservar, manter a preservação.

Outros comentários foram sobre a dependência de recursos do Estado, ter o foco no recurso da cobrança que é carimbado. Ressaltou que se não houver unificação não tem como sobreviver. A coisa tem que ser olhada num ponto maior. A visão tem que ser outro cenário, mais amplo em relação a isso. E hoje os próprios comitês que não tem condições de se manter estão enxergando isso. Nós temos que olhar o que esse recurso que o produtor está pagando vai ser investido na questão de proteção de nossas águas, na melhoria da qualidade e quantidade das nossas águas. Eu acho que a discussão ela tem que fugir em pouco desse cenário pequeno e abranger um pouco mais uma discussão. O representante do IGAM, Thiago respondeu que formaria uma equipe para composição transitória até a aprovação do novo Regimento Interno. São 2 planos, 2 comitês, 2 Diretorias, membros e outra estrutura próxima para debater. E finalizando, o Presidente Paulo do GD1 declarou que “Essa reunião é o primeiro passo. É plenamente pertinente, democrático, todos tem o mesmo voto e a liberdade de manifestar o que pensam. Vamos caminhando, conversando e discutindo. Eu peço que a visão seja um pouco mais ampla. A ideia do Deivid de podermos ampliar o conhecimento sobre a situação, ela está num nível de pouco envolvimento, aprofundar um pouco mais a visão em relação a isso. Logo em seguida, o Presidente do GD2, Gustavo retomou a palavra e disse: “Eu queria fazer o meu depoimento como pessoa e usuário dessa bacia há muito tempo. “A nossa vegetação superficial teve um decréscimo sensível, por observação e de alguém que está em campo, de alguém que vê o que acontece na bacia”. Eu de minha parte acho que foi um sucesso esse início e que nós vamos discutir essa pauta na próxima reunião. Nós vamos abrir espaço para o IGAM e qualquer argumento nesse sentido. Ele finalizou a reunião e agradeceu a participação de todos. ENCERRAMENTO: Eu, Laércio Antônio Chitarra, Auxiliar Administrativo CBH GD2, lavrei a presente ata, aos 19 de abril de 2022, sendo posteriormente encaminhada aos membros do Comitê GD2 para aprovação na reunião plenária seguinte.

São João del-Rei, 19 de abril de 2022.

Gustavo Alvarenga Rodrigues
Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande

Geraldo Demeralino Sabino
1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Alvarenga Rodrigues, Presidente(a)**, em 19/08/2022, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Demeralino Sabino, Secretário(a)**, em 26/08/2022, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50723282** e o código CRC **9C92459A**.

Referência: Processo nº 2240.01.0005626/2022-14

SEI nº 50723282